

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DE FOUCAULT PARA A COMPREENSÃO DOS DISCURSOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

CONTRIBUTIONS OF FOUCAULT'S PHILOSOPHY FOR UNDERSTANDING THE WORDS AND PRACTICES OF SCHOOL INCLUSION

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti¹

Resumo: Entender como se configurou a educação inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia, dos anos de 1990 à primeira década do século XXI, foi o principal questionamento do objeto de estudo proposto para a pesquisa de dissertação de mestrado cuja defesa ocorreu em agosto do ano de 2018. Foram assinalados para este artigo dois momentos relevantes que colaboraram para o desenvolvimento de todo o trabalho: em um primeiro momento, o da *Lupa observadora*, procedeu-se a uma reflexão, a partir de um olhar observador diferenciado, sobre as sinuosidades que ainda não haviam sido exploradas e destacadas da educação especial na perspectiva inclusiva, considerando suas entrelinhas e descontinuidades; em um segundo momento, *A educação inclusiva sob a luz da filosofia de Foucault*, foram ressaltadas as atitudes e maneiras de inquirir de Foucault, a relação existente entre a educação inclusiva e a arte de governar presente no neoliberalismo e também as práticas discursivas ou não discursivas como processo de gestão de vida da população, na biopolítica e na governamentalidade. Neste segundo momento, ainda foi sugerida uma reflexão sobre a relação existente entre a maneira de olhar o viés da pesquisa historiográfica e os conceitos de norma e normalização visualizados no contexto das artes liberal e neoliberal.

Palavras-chave: Educação especial. Biopolítica. Governamentalidade.

Abstract: Understand how you have configured the inclusive education in municipal schools of Uberlândia from 1990 to the first decade of the 21st century was the main question of the object of study proposed to dissertation research which occurred in defense August of the year of 2018. Her, were announced for this article two relevant moments that contributed to the development of the entire work: first, the magnifying glass, it was Observer would even take while reflection from the look distinguished observer for the sinuosidades that had not yet been exploited and deployed on special education in inclusive perspective, its subtext and discontinuities. And a second time, the inclusive education in the light of Foucault's Philosophy, which emphasized the attitudes and ways to enquire of Foucault and the relationship between inclusive education and the art of governing this in neoliberalism and practices or not discursive essay while case management of life of the population, in Biopolitics and at Work. This second time it was suggested the reflection of the relationship between the way of looking at the bias of historiographic research and standard concepts and standardization viewed in the context of the liberal arts and liberal.

Keywords: Special education. Biopolitics. Work.

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Pedagoga/Supervisora da Rede Municipal de Educação de Uberlândia. E-mail: raquelranzatti@gmail.com

Introdução

Este artigo traz parte da pesquisa de dissertação *A educação inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia: dos anos 90 à primeira década do século XXI*. A principal problemática apresentada, neste texto, foi conhecer como se deu a gênese da educação especial na perspectiva de educação inclusiva, por meio de um olhar de uma lupa que pôde ampliar a visão observadora de uma das temáticas mais polêmicas e instigadoras da contemporaneidade.

Neste trabalho dois momentos foram relevantes e merecem destaque: um primeiro momento que assinala a contribuição teórico-metodológica dos estudos deixados por Foucault e suas reflexões; e um segundo momento que apresenta a maneira de inquirir do filósofo e suas ferramentas para se compreender os discursos que fundamentariam a educação inclusiva e suas vertentes de segregação e integração.

O embasamento metodológico, ao ser apontado, propiciou uma postura diferenciada ao observar o objeto a ser percebido nos documentos e contribuiu para a análise dos registros de uma maneira singular, com uma perspicácia na qual os elementos precisariam ser compreendidos como jogos de poder e não simplesmente como verdades absolutas e acabadas. Para isso, lançou-se mão do uso metafórico de uma lupa investigadora.

Com essa lupa, vem o segundo momento que se interligou à maneira de inquirir de Foucault para se compreender como se estabeleceu a relação entre a educação inclusiva e a arte de governar presente no liberalismo e neoliberalismo.

Tudo isso para possibilitar a análise que, nos discursos advindos de segregação e integração tão enfatizados nos anos 90 do século XX e nas práticas discursivas ou não discursivas da educação inclusiva, traz em si o processo de gestão de vida da população em uma perspectiva da biopolítica e da governamentalidade. Alguns fragmentos de textos de Foucault (1996, 2008a, 2008b), que contribuíram efetivamente para a reflexão, foram utilizados como fundamentação desta etapa do estudo.

Para as considerações finais deste artigo, propõe-se enfatizar o encadeamento desses dois movimentos assinalados e sua contextualização com a norma e a normalização enfatizada na arte de governar os corpos.

A lupa investigadora

Sabe-se que um instrumento como a lupa tem grande importância para quem precisa utilizá-la. Como instrumento óptico, é munida de uma lente com capacidade de

criar imagens ampliadas. É utilizada para observar com mais facilidade pequenos objetos e alguns detalhes ou superfícies. Ainda incrementa a capacidade de perceber detalhes do objeto, aumentando a resolução. Mas isso só é possível se o objeto que sofreu o aumento de definição for colocado entre o seu foco principal (F) e o centro óptico (O).

Por caminhar em uma perspectiva de pesquisa voltada para a história da educação e historiografia² como algo que não pode se dar de forma única e verdadeira, para demarcar o referencial teórico da pesquisa, foi utilizada a metáfora da lupa como um símbolo, propondo que esse referencial perpassasse a maneira como Michel Foucault se apropriou dos documentos históricos, em inter-relação com os textos com os quais dialogava.

Parafrazeando Le Goff (1996), pode-se dizer que Foucault foi um dos maiores historiadores contemporâneos que se preocupou em trazer à tona os detalhes da loucura, da clínica, do mundo do cárcere, da sexualidade. Ele foi um provocador da história e pôs em evidência a história ocidental, entre o fim da Idade Média e o século XIX. Por conseguinte, fez o diagnóstico da história por meio do questionamento dos documentos, da descontinuidade, do tema e dos problemas metodológicos.

Ao problematizar o objeto, não há uma definição colocando-o como pronto e acabado, solucionado. Em um exercício reflexivo, o teórico deixa o que poderia ser um ponto estático para ser pensado nas diferentes situações e contextos. Por isso, Foucault (1986, 1996, 1981) trouxe, com relação à maneira de pesquisar, a problematização como um conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que fazem qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso. O objeto é visto como algo que constitui o pensamento. Seguindo essa proposição, Revel (2005, p. 70) afirma:

A história do pensamento se interessa, portanto, por objetos, regras de ação ou modos de relação de si, na medida em que ela os problematiza: ela se interroga sobre sua forma historicamente singular e sobre a maneira pela qual eles apresentaram numa dada época um certo tipo de resposta a um certo tipo de problema.

² A historiografia pode ser compreendida como o significado de registro escrito da história; a arte de escrever e registrar os eventos do passado (Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/historiografia.htm. Acesso em: 20 jan. 2018). O livro *Fontes históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky (2014, p. 10), traz o significado de historiografia, no século XIX, como “[...] comparação de documentos para reconstituir os acontecimentos passados, encadeados numa correlação de causas e consequências”. Assim, nos fins do século XIX esse tipo de estudo se dedica mais especificamente aos registros da história política e, a partir do século XX, ampliou-se para outras áreas e fontes de estudo”.

Com o olhar a partir da história do pensamento, problematizar a gênese da educação inclusiva em um município é justamente fazer uma interligação da história das relações que o pensamento mantém com a verdade, uma vez que a história do pensamento é pensamento sobre a verdade (REVEL, 2005).

Logo, o uso metafórico da lupa é importante neste pensamento, pois perpassa a maneira utilizada por Foucault para ampliar o olhar sobre os preconceitos e aquilo que estava encoberto.

Vocês podem continuar a explicar a história como sempre o fizeram: somente, atenção: se observarem, com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensavam; existem contornos bizarros que não eram percebidos (VEYNE, 2014, p. 252).

Ao se pensar o objeto de pesquisa à luz do pensamento de Foucault (1986; 1996; 1981) pretendeu-se destacar o papel de pesquisador como argumentador do modo de questionar os documentos. A respeito do ato de investigar, o autor trouxe o deslocamento e a descontinuidade apresentados na sua obra *A arqueologia do saber* como referências para a não neutralidade da pesquisa quando em contato com o objeto de estudo.

Partindo desse pensamento, Veiga-Neto (2007, p. 104) contribui com essa reflexão quando afirma:

O que importa para Foucault é ler o texto no seu volume de externalidade (monumental) e não na sua linearidade e internalidade (documental): trata-se de uma análise [que toma] os discursos na dimensão de sua exterioridade. [...] isso não significa que não temos de conhecer, pelo menos minimamente, a gramática do texto sob análise. [...] é preciso decifrar seus símbolos, entrar na sua lógica, conhecer sua gramática, para aprender os significados que entre nós e eles circulam, no momento em que lemos tais textos.

Para tanto, a leitura monumental se apresenta para evitar o reducionismo em que são observados apenas os elementos lógicos e formais. Com isso, a verdade sobre o objeto a ser pesquisado, analisado, é mapeada.

Ao pensar a educação especial na perspectiva de educação inclusiva, tem-se o foco também nas relações de controle e poder, que acontecem de forma simultânea e nas minúcias. Foucault (1999a) utiliza o “economismo” para descrever a teoria de poder, porém amplia o conhecimento quando apresenta o poder da teoria jurídica clássica como um direito do qual se seria possuidor, como de um bem que se pode transferir ou alienar,

total ou parcialmente, mediante um ato jurídico ou um ato fundador de direito, da ordem da cessão ou do contrato.

De outra forma, o poder constitui-se em uma relação de feixe com as relações econômicas. Não se dá, nem se troca; ele não é manutenção e recondução das relações econômicas. Ele se exerce e só existe em ato, numa relação de força. No capítulo *O sujeito e o poder*, da obra *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*, Foucault (2014) explicita como se dá o poder. Primeiramente, o poder que se exerce sobre as coisas e dá a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las. Esse é o poder que coloca em jogo relações entre os indivíduos. As relações de poder se efetivam por meio da produção e da troca de signos. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”. Enquanto são livres, esses sujeitos, individuais ou coletivos, têm diante de si um campo de possibilidades em que várias condutas, diferentes reações e diversos modos de comportamento se apresentam.

Como diria Foucault (2014), para existir poder, a repressão é inadequada para sinalizar esse encadeamento. A todo momento ação e reação se tornam constantes. Trata-se de situações simultâneas decorridas por discursos, que estão implicados por procedimentos externos e internos. Para compreender o sentido dos discursos, importante são os estudos de Foucault, por exemplo, na obra *Aula inaugural no College de France, em 2 de dezembro de 1970*, na qual ele assinala que a produção do discurso perpassa por procedimentos externos, como os sistemas de exclusão, que colocam em jogo o poder e o desejo. Já os procedimentos internos, por si sós, já exercem o controle por meio de textos jurídicos, religiosos e literários, cuja função permanece e não cessa de variar historicamente.

Contudo, nos discursos, estão envolvidas práticas discursivas, enunciados e arquivo. As práticas discursivas, seguindo o pensamento de Veiga-Neto (2007), são um conjunto de enunciados que formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter, judicativo e veridicativo. O enunciado, conforme diria Foucault (2008), apresenta um valor do qual procuramos nos apropriar, reproduzindo-o ou transformando-o. E o arquivo, constitui-se como um conjunto de regras produzido em um determinado contexto histórico e cultural, que circunscreve o que pode ser dito ou não (FOUCAULT, 1986, 2008a).

Um olhar sobre a educação inclusiva à luz da filosofia de Foucault

Como adotar o pensamento de Foucault, no que diz respeito às “ferramentas”, como categorias para explicar a educação inclusiva? Como a temática da educação especial não foi o seu foco principal, por que foi utilizado esse autor como referencial teórico para se compreender a gênese da educação especial no município de Uberlândia, principalmente no aspecto da historiografia?

Primeiramente, é necessário realizar um exercício reflexivo que envolve mais que formular conceitos e verdades absolutas. Ao se caminhar pelo viés observador de uma lupa, o pensamento e as ferramentas de Foucault (1981, 1986, 1996) subsidiam a análise de como se deram as microrrelações do sujeito humano no movimento das relações de produção e de poder do caminho externo para o interno e do interno para o externo. Essas relações se pronunciaram no que podemos considerar de Foucault como artes de governar.

Sobre artes de governar, remete-se à obra *Segurança, território e população* e também às aulas proferidas por Michel Foucault, em especial *A aula de 1º de fevereiro de 1978*. Nela Foucault (2008b) trabalha com: o problema do governo no século XVI; a questão específica do governo do Estado que encontra seu fim nas coisas a dirigir; e a questão da população, fator essencial do desbloqueio da arte de governar. Veiga-Neto (2002) refere-se à arte de governar, baseando-se no modo de analisar de Foucault, como sendo o conjunto de saberes que estatui uma racionalidade própria, particular ao Estado, que só conseguiu desbloquear-se quando mudaram as condições econômicas e demográficas da Europa e, por isso mesmo, articulou-se o conceito moderno de população e, na esteira desse, o conceito moderno de economia.

As artes de governar – discussão presente quando Foucault trata do conselho ao príncipe, da soberania, da disciplina, da segurança e do tratado da ciência política – colaboraram para que se formassem os discursos que constituem a educação inclusiva dos anos 90. Elas apresentam, em seu contexto, formulações que foram se evidenciando para que houvesse o controle tanto dos sujeitos como dos corpos. Nada de forma isolada e desconecta. Tudo ocorre em uma relação de total envolvimento, na qual o sujeito, ao mesmo tempo em que faz o controle de si, torna-se controlado na população pelo Estado. Para o autor, o Estado caracteriza-se por uma forma singular de governar, com sua razão e racionalidade específicas.

Sabendo-se que todo discurso de inclusão é firmado nesse contexto, em um espaço escolar que se projeta no tempo e na arquitetura que o constituem, a educação especial também vai se inserindo na escola alinhada às práticas discursivas do que o sujeito diz e

às práticas não discursivas do que o sujeito faz. Nesse sentido, algumas legislações afirmam a quem se destina a educação inclusiva e a define.

Para a compreensão de como se configurou a educação inclusiva, com foco na educação especial, nas escolas municipais de Uberlândia, foram analisados documentos da esfera mundial,³ federal⁴ e municipal.⁵ Entre os discursos dessas leis, está a educação especial, definida por Mazzotta (2011, p. 11) como

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

Na perspectiva de objetivar o sujeito, a legislação pode ser considerada como um dos dispositivos da arte de governar neoliberal, pois, como instrumento, impõe que haja a formalização dos discursos. Mesmo que a legislação caminhe para a possibilidade de inclusão, existem discursos que se efetivam para extirpar o sujeito do contexto geral. Porém, para se firmar, a arte de governar neoliberal implica que o próprio sujeito da educação especial se torne visível, o que produz, simultaneamente, a inclusão e a exclusão.

Nesse sentido, não há o favorável ou o desmerecido. No cenário da educação, os diferentes discursos voltados para a educação especial e sua perspectiva para a educação

³Declaração Mundial de Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, 1990; Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994; Decreto nº 3.956 de Guatemala: Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, 2001; Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, 2001.

⁴Constituição Federal, 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990; Lei nº 9.394, de 1996; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001; Decreto Legislativo nº 186, de 9 julho de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2008; Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, 2010.

⁵Lei Complementar nº 157, de 7 de novembro de 1996, que cria o Núcleo de Assessoria e Pesquisa sobre Educação para a Pessoa Portadora de Deficiência; Lei Complementar nº 186, de 28 de maio de 1998, que cria o Sistema Municipal de Ensino e estrutura a organização administrativa e técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação; Lei nº 8.376 de 20, de novembro de 2003, que cria o Campus Municipal de Educação; Decreto nº 9.753, de 28 de dezembro de 2004; Lei nº 432, de 19 de outubro de 2006, que trata das Políticas Sociais Públicas; Lei nº 10.549, de 17 de agosto de 2010, que dispõe sobre o Campus Municipal de Educação e revoga a Lei nº 8.376, de 23 de julho de 2003; Instrução Normativa nº 003 de 2008, que regulamenta normas e critérios referentes a pessoal, utilizados pela Secretaria Municipal de Educação, a partir de 2008; Instrução Normativa nº 001, de 2011, que dispõe sobre o funcionamento da educação especial na Rede Municipal de Uberlândia; Lei nº 10.913, de 29 de setembro de 2011, que institui o Projeto de Intervenção Pedagógica nas escolas municipais de ensino fundamental de Uberlândia.

inclusiva tornam variados os numerosos grupos impostos por um poder que se oportuniza das microrrelações para se efetivar. Trazem em si a objetivação dos seres humanos como sujeitos em um determinado tempo histórico, em um estabelecimento de relações de poder que se exercem para além de conceitos predeterminados.

Tudo isso considera a gênese da história da educação inclusiva a partir do aspecto dos processos de objetivação e subjetivação nos discursos individuais e coletivos e no nexos social, no qual o sujeito é o alvo e está intrinsecamente relacionado com o poder.

Assim, ao ser utilizada pelas instituições estatais, a estratégia da educação inclusiva é criar mecanismos que tornem os indivíduos e os sujeitos corpos dóceis e úteis. No modo de pensar de Foucault (2008b), é a governamentalidade que elabora, racionaliza e centraliza o poder.

O discurso da inclusão e a governamentalidade

Este texto traz, ainda, outra forma de compreender o termo discurso a partir da obra de Foucault, *A ordem do discurso*, como um jogo de escritura, de leitura e de troca que põe em tela os signos. Para esse autor (1996, p. 8-9),

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.

Assim, pode-se discutir o termo inclusão a partir dessa perspectiva. De acordo com Lopes e Hattge (2009, p. 107),

Inclusão é conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que delimitam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído, do empregado e do desempregado, etc., também é uma condição de entendimento das práticas educacionais diluídas na população.

Ao trazer a educação especial e o termo inclusão para a pesquisa, observa-se que o sujeito objetivado por ela está no patamar de docilidade e utilidade do poder. O homem que se projetava num aspecto individual, torna-se sujeito numa coletividade, passando a receber uma classificação como componente de uma espécie. Ou seja, os que fazem parte do chamado público da educação especial, na modernidade e contemporaneidade, passam a ser visíveis e recebem variados nomes e classificações.

A escola – como instituição que se apresenta como um mecanismo que acolhe delimitações e ao mesmo tempo articula dispositivos disciplinares e de segurança para atender a essa arte de governar liberal e neoliberal, que foi se instaurando – remete ao projeto iluminista de escolarização único-igualitária, universal e obrigatória. Ao mesmo tempo em que apregoava categorias distintas, trazia intrínseca a domesticação da diferença, desigualdade e exclusão.

No entanto, para uma melhor compreensão do que vem a ser esse modo de pensar sobre o sujeito da educação especial e da inclusão, visualizado nessas artes de governar, precisa-se entender como se processa a governamentalidade. Foucault (2008b, p. 143-144) colabora com o entendimento desse termo quando explica:

Governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem como alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha que força que, em todo o Ocidente, e desde muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado Administrativo, viu-se pouco a pouco ‘Governamentalizado’.

Essa governamentalidade só se estreitou com as questões relativas ao Estado a partir do momento em que as relações de poder foram racionalizadas e centralizadas sob a cautela da referida instituição. Ao sair do modelo anterior, da arte de soberania, e encaminhar-se para uma ciência política em torno do nascimento da economia, o poder é tratado de forma diferenciada. Ele se concretiza tanto no aspecto político, como também no aspecto geral e social. Passa a ser visto como prática, exercício multifacetado e concretude do cotidiano.

A principal meta é tornar o homem útil e dócil, pelo controle e pela dependência, ou ligado à sua própria identidade pelo conhecimento de si. O poder não se estabelece apenas de baixo para cima, numa linha vertical; ele se firma no que Foucault apresentou como biopoder⁶ e biopolítica. O que, em meados do século XVI, cabia à teoria clássica

⁶ Biopoder é um termo empregado por Foucault (2008b, p. 3) como o “[...] conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais, poderá entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder, como a sociedade, as sociedades

da arte da soberania, o direito de “fazer morrer ou deixar viver” como atributo fundamental, nos séculos XVII e XVIII, passa a se modificar e constituir-se em uma nova abordagem, na disciplina. Aqui o problema da vida passa a ser primordial e o direito de “fazer viver e de deixar morrer” vai se tornando destaque. Nesse período, começa a imperar o controle dos corpos, mais precisamente do corpo individual, pois eles precisam ser treinados para atender tanto ao campo do pensamento político, quanto ao da economia.

É apenas no final do século XVIII, no qual se acreditava serem perceptíveis as tecnologias de poder saindo do homem-corpo para o homem-espécie, que se instaura uma nova tecnologia, a da espécie sobre a vida, a biopolítica, e com ela o controle da espécie pela tecnologia do poder, o biopoder.

Na *Aula de 17 de março de 1976: em defesa da sociedade*, Foucault (1999a) traz em destaque a relação da organização do biopoder. Nele ressalta como tecnologias de poder sobre a vida foram afirmando o poder disciplinar, com mecanismos de técnicas disciplinares: sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações e de relatórios, nos quais o corpo individualizado produziria resultados individualizantes.

Isso não quer dizer que o poder disciplinar se desfez e o da segurança se compôs. No contexto de modernidade, por volta dos séculos XVII e XVIII, o que prevaleceu mais efetivamente foi o sujeito que antes estava visualizado no individual. Mas isso não bastava, pois havia necessidade de garantir mais e mais indivíduos. A espécie e a população seriam o foco principal. Para assegurar a existência desse modo de governar, concretiza-se o biopoder como um movimento para possibilitar que os corpos treinados, mesmo aqueles que antes estavam excluídos e segregados, de uma forma individualizante, também fossem capazes de produzir.

Desse modo, o público da educação especial, os indivíduos que antes nem eram vistos e estavam na invisibilidade, a partir do século XVI, passam a ser situados no centro das atenções e tornam-se visíveis para a arte de governar que se instaurava.

Esse fato é percebido a partir do século XVIII, quando são inseridos os primeiros alvos de controle dessa massa populacional por meio de dois saberes: o da estatística e o do controle demográfico. Eles colaboram para a implementação dos mapeamentos da natalidade, da morbidade, dos efeitos dos meios, das incapacidades biológicas. É nesse contexto que acontece o surgimento dos estudos voltados para os que apresentavam algum tipo de característica considerada como deformidade genética.

ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”.

Na sequência, outros mecanismos regulamentadores se constituíram para o controle das cidades: a reestruturação espacial, a arquitetura e a valorização da medicina. Os estudos e a criação de legislações que regulamentariam construções de locais de atendimento às pessoas com deficiência, como também a constituição dos saberes da Medicina e as possibilidades de classificações da população trouxeram a norma que circula entre o processo disciplinar e o regulamentador como complementar à regra jurídica aplicada tanto ao indivíduo quanto à população.

Portanto, a partir do século XIX, disciplinar as condutas individuais das pessoas com deficiência, dos pobres ou de outros excluídos em instituições familiares e hospitais já não bastava; necessitava-se implantar um gerenciamento para a vida dos que estavam marginalizados.⁷ O método para assegurar o controle desse público seria a biopolítica.

O termo biopolítico aí designa simplesmente a maneira pela qual o poder se transforma entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não apenas os indivíduos, através de certo número de procedimentos disciplinares, mas também o conjunto de seres vivos constituídos em populações [...] (REVEL, 2006, p. 57).

Na relação de biopoder e biopolítica, importante destaque se dá também ao papel do Estado e de sua gênese.

Nesse movimento, alguns mecanismos foram considerados estratégicos nas análises de Foucault (2008b), particularmente na obra *Segurança, território e população*. Em sobreposição ao modelo arcaico, da pastoral cristã, efetivam-se os dispositivos para controlar os corpos por meio do mecanismo diplomático-militar, das táticas de guerra e da inserção da polícia, como “artes de governar”. O Neoliberalismo, nessa arte, reafirmou-se após o advento do Liberalismo, no século XVIII, e após o conflito das guerras mundiais, num contexto contemporâneo;

Dessa forma, a doença mental, os loucos, os deficientes e todos os indivíduos que traziam riscos e medo à população precisavam ser destacados, percebidos, para serem controlados e enfatizados. Nesse sentido, nos séculos XVIII e XIX, as instituições consideradas asilos, local de confinamento disciplinar, atenderam a esse público assumindo um papel de relevância para o governo e o autogoverno dos indivíduos. A escola, seguindo esse pensamento, personificou-se como espaço de aplicação de

⁷ Empregamos o termo “marginalizado” no sentido dos que se encontram à margem da sociedade e não possuem os mesmos direitos e acessos à saúde, alimentação, moradia e educação que os outros.

estratégias e táticas para a afirmação dessa arte tanto na forma individualizante, como em conjunto, no controle dos sujeitos que se inseriam nela.

Em uma nova configuração de governamentalidade, uma nova arte de governar, a neoliberal, inicialmente sinalizada por americanos e alemães, analisada e compreendida entre os anos 30 e 60 do século XX, precisava-se resolver as crises apontadas pelo liberalismo clássico e o favorecimento das liberdades intervencionistas.

Conseqüentemente, a competência do trabalhador na garantia de sua utilidade passa a atender ao mercado e ao, mesmo tempo, trazer satisfação, tornando-o consumidor e produtor.

Com vistas a atender a essa governamentalidade neoliberal, alguns mecanismos são inseridos: as instituições de saúde, as instituições que cuidam da higiene pública, a criação de vacinas, a institucionalização de leis (por exemplo, aquelas criadas para o atendimento de pessoas com deficiência) e as instituições escolares e suas adaptações, como garantia para que a lógica de novas tecnologias de governo de sujeição e subjetivação se efetivem.

Nessa configuração, critérios são estabelecidos para que os indivíduos em dispositivos disciplinares e os sujeitos em dispositivos de segurança se enquadrem em uma ordem de norma e normalidade que, desde o período anterior à modernidade, já se alicerçava no interior do discurso do Código Jurídico-Legal que, de forma normativa, estabelecia as penalidades àqueles que não se enquadrassem no padrão proposto.

Mas, como observar essas norma e normalização para aqueles que deixaram de ser considerados “beiral”⁸ da inclusão?

O discurso da inclusão e a norma e normalidade

Ao iniciar esta abordagem, é importante ressaltar, segundo Foucault (1999b, p. 152-153), que:

A arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento [...] operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço e diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valores as capacidades, o nível, a ‘natureza’

⁸ “Beiral” foi empregado como uma metáfora para explicar os que são marginalizados, os que ficam no exterior, na parte mais distante. Tomamos esse termo da engenharia ou da construção civil que o utilizamos com o significado de uma parte da extremidade mais baixa de uma água do telhado ou simplesmente a beira do telhado.

dos indivíduos. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a classe vergonhosa da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.

Esse fragmento do livro *Vigiar e punir*, de Foucault (1999b), dá subsídio para traçar reflexões a respeito da norma e normalização para aqueles que deixaram de ser considerados “beiral” da inclusão.

Desempenho, comportamento, diferença, comparação, princípios e regras compõem o modo de pensar sobre como as artes de governar apresentadas elaboram mecanismos de contenção por meio das normalidades. Do pensamento do filósofo, um viés é assinalado para considerar a efetivação das diferenças no sentido de que elas não podem fugir ao controle do proposto pela governamentalidade neoliberal.

De forma intertextual com as considerações apresentadas por Foucault, o livro *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*⁹ propõe o deslocamento do pensamento do autor em uma reflexão de como se dá o discurso da inclusão alinhado à questão da deficiência e diferença. Nos dispositivos de segurança, a população deve ser considerada. Os discursos que cercam o deficiente e as diferenças também dão a esses indivíduos um sentido de poder na população, que os garante em condições de circulação e consumo para atender a essa lógica de mercado.

Com isso, a escola atua como um mecanismo que traz a inclusão como um dispositivo e meio de garantir o controle da população da educação especial. A estratégia utilizada é o movimento dos corpos no contexto escolar. Eles são produzidos e cristalizados com significados, condutas e até mesmo programados para atender a essa lógica da governamentalidade.

Desta análise, aproximando-se o pensamento contemporâneo ao de Foucault, emerge a reflexão da obra *Os anormais* (FOUCAULT, 2001), sobretudo da relação entre os conhecimentos da Psiquiatria e do alienista, como esclarecedores da consolidação dos discursos advindos dos saberes nos séculos XVI e XVII e a sua relação com a arte de governar que estava se firmando ao final do século XVIII e início do XIX.

Na modernidade, as molduras que caracterizam práticas de identificação e classificação de sujeitos da educação especial e inclusiva têm, em suas arestas, relações

⁹ Ver, em específico, o capítulo intitulado *Sobre a (In)governamentalidade da diferença*, de Ana Paula Roos (2009, p. 13-31).

de poder. Essas relações não se dão de maneira isolada, mas interligadas em prol de uma governamentalidade que molda os corpos para atender às suas finalidades e metas. Porém, é dentro desses discursos que se formam as identificações de um público da educação especial e a criação de termos que caracterizam determinados padrões de norma, normalidade e anormalidade.

As marcas daquilo que estava saindo do controle e rigor da sociedade dos séculos XVI e XVII foram se expressando como algo anormal. Em outras palavras, aquilo que Foucault apresentava na sua obra *Os anormais* (2001) como sendo os monstros, os masturbadores e os incorrigíveis, destacado como anomalias do século XVII e início do século XVIII, trazia o impossível e o proibido, o limite e a infração da lei como algo fora da norma.

Até esse período essas três figuras permaneceram distintas nos diferentes estudos e saberes que se formaram, porém passaram a ter visibilidade no final do século XVIII e início do século XIX, quando os estudos da genealogia dos indivíduos anormais, da anomalia humana e da rede regular de saber e poder se constituíram.

E a anomalia dentro do aspecto da inclusão? Como se expressou? Ora, entende-se que a inclusão não se manifesta fora da exclusão. Tanto na modernidade, quanto na contemporaneidade, uma criação do imperativo do Estado busca atingir a todos sem distinções, independentemente dos desejos e opções dos indivíduos, apresentando-se por meio de subjetivações. Isto é, em constantes modificações, metamorfoseamentos na forma de direcionar os indivíduos e os sujeitos a partir das constantes alterações de seus discursos. Nesse sentido, as anomalias destacadas em outro período histórico, trazidas do século XVI para os séculos XVII e XVIII – dos leprosos, dos monstros, dos onanistas, dos incorrigíveis, dos que ficavam à margem e eram considerados excludentes da sociedade –, passaram a ter um papel significativo, tornando-se centro dos discursos.

O que determinava se um grupo seria excluído ou não era a maneira pela qual era visualizado pela governamentalidade nos diferentes períodos históricos. Portanto, os excluídos seriam aqueles que ainda não se tornavam reconhecidos pelo Estado, como parte e elementos da arte de governar.

Porém, para que a inclusão se estabelecesse, as práticas que supostamente direcionam para a exclusão também se efetivariam. Para compreender esse movimento, a norma vem como uma medida que, mesmo tendo um caráter de comparabilidade, age com ações de inclusão a partir de critérios que se formam no interior da constituição dos

grupos sociais. Ela veio como um dispositivo que distingue, mas não exclui, tentando discursos de homogeneização e de exaltação de diferenças de identidades.

A essas ações se interligam o dispositivo disciplinar da arte de governar liberal, enfatizando o controle do indivíduo. Em seguida, continuando na contemporaneidade, atrela-se o dispositivo de segurança ao controle dos sujeitos e corpos.

Ao considerar o normal, houve necessidade de, também, se considerar o anormal. Ele é mais um caso, sempre previsto pela norma. Decorrentes dessa forma de refletir sobre a norma,¹⁰ duas vertentes se destacaram: no quesito da governamentalidade da modernidade, da vigilância e controle dos indivíduos – a normação; e no quesito da governamentalidade da contemporaneidade, da vigilância e controle dos corpos dos sujeitos – a normalização.

No que diz respeito à normação, a vigilância e o controle disciplinar sobre os indivíduos se estabelecem em um aspecto de relação de oposição binária. Mesmo que a norma estabeleça que deve existir o normal para existir o anormal, no período da modernidade, os dispositivos disciplinares operaram pela normação, ou seja, para se definir o que foge aos padrões estabelecidos, seria necessário que já existisse um padrão predeterminado a ser copiado e comparado. Nesse dispositivo, a norma se concretiza primeiro e dela a comparação e a separação dos indivíduos como normais e anormais se efetivam. Com isso, a função de normalizar torna as pessoas, os seus gestos e atos como um modelo estabelecido como padrão.

Já no dispositivo de segurança da contemporaneidade, na normalização, o que se estabelece para o controle da população e dos sujeitos, como ponto de partida e referência, é o comparativo a partir do indivíduo no grupo para se considerar um padrão. O normal vem primeiro e dele, conseqüentemente, a dedução da norma.

Nesse sentido, as apreensões do normal ou do anormal vão favorecer para que o Estado crie estratégias políticas que visem à normalização nas diferentes políticas públicas apresentadas nos documentos regulamentadores, nas leis em nível mundial, federal, estadual e municipal, nas políticas de inclusão social, de assistência social e educacional para evitar que não se percam o direcionamento e o controle dos corpos.

Contudo, essas percepções da norma por meio dos discursos de normação trazem potencialmente conseqüências que caracterizam discursos de normalização. Deve-se, então, considerar que, nos discursos que estão presentes, na atualidade, estão enraizadas

¹⁰ A norma pode ser compreendida como uma “[...] medida que simultaneamente individualiza, permite individualizar incessantemente, e ao mesmo tempo torna comparável” (EWALD, 1993, p. 86).

as características de um ou outro momento dos dispositivos exercidos na arte de governar liberal ou neoliberal.

Considerações finais

Com este artigo, considera-se relevante que as proposições aqui destacadas possam contribuir para uma posterior reflexão sobre assuntos cujo objeto seja a educação especial na perspectiva de educação inclusiva. Os canais expostos como possibilidades para distintas inquirições remetem o investigador do pesquisador a um caminho que percorre as singularidades e as descontinuidades, em um alinhamento com o modo próprio de pesquisar de Foucault (1981, 1986, 1996) quando fomenta a visualização de focos diferentes de olhar as beiradas, os pontos que a olho nu são impossíveis de serem percebidos.

O discurso da educação inclusiva, no contexto dos anos 90 do século XX, ainda que se apresente como um anacronismo para quem está vivenciando a atualidade, torna-se desafiador em uma relação passado-presente e presente-passado. Ao abordar esse discurso, é relevante a utilização de uma lupa observadora e sua focalização nas sensibilidades que ainda não haviam sido percebidas. Para tanto, o modo de exposição das ferramentas de Foucault (1981,1986, 1996) colabora para a explicação do objeto educação especial e sua perspectiva inclusiva.

A apresentação dos termos governamentalidade, biopolítica, biopoder e arte de governar do liberalismo e neoliberalismo, mesmo que expostos de forma tão sucinta, colaborou para estimular uma nova abordagem na análise de documentos que apresentam as práticas discursivas e não discursivas que dão suporte para refletir sobre o sujeito e as subjetivações.

Isso se torna necessário para que o olhar de pesquisador atravesse o processo de busca pela culpabilidade, ou seja, vá além de uma relação de dominante e dominado e seja encaminhado para uma proposta de percepção das relações de poder e força que nunca se cessarão.

Espera-se, contudo, que novos estudos sejam alavancados sobre os documentos que demonstram as várias subjetivações dos sujeitos no espaço escolar, nas diferentes épocas e nos variados projetos propostos pelos municípios e estados para a educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva alinhada à historiografia.

Referências

ABREU-JUNIOR, L. M. A. Fragmentos das contribuições de Foucault para a pesquisa em história da educação. **Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História**, São João del-Rei, UFSJ, n. 7, p. 70-87, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001.

_____. **Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos políticos e legais da educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. Brasília, 2010.

_____. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2012.

CARDOSO, M. E. Por uma história cultural da educação: possibilidades e abordagens. **Cadernos de História da Educação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 287-302, jul./dez. 2011.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 3 de jun. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência de 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, de 5 de junho de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 3 jun. 2018.

FERREIRA-NETO, J. L. F. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 411-420, jul./set. 2015.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação?. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FONSECA, M. A. **Direito, disciplinas e “artes de governar”**: Michel Foucault e o direito. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Ditos & escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999b.

LOPES, M. C. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PAVÃO, S. M. O.; PINTO, D. O. Saúde: assistência às pessoas com deficiência e o paradigma da inclusão. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, MEC, n. 4, p. 30-35, jun. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Lei Complementar nº. 157, de 7 de novembro de 1996.** Cria o Núcleo de Assessoria e Pesquisa sobre a Educação das Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências, 1996.

_____. **Lei Complementar nº. 186, de 28 de maio de 1998.** Cria o sistema municipal de ensino, estrutura a organização administrativa e técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e altera as Leis nº. 14/91 e 101/95. 1998.

_____. **Lei nº. 8376, de 23 de julho de 2003.** Cria o Campus Municipal de Educação Especial, altera as Leis nº. 7.492, de 17 de janeiro de 2002, e nº. 8.074, de 22 de julho de 2002. 2003.

_____. **Decreto nº. 9753, de 28 de dezembro de 2004.** Aprova a carta de princípios político-pedagógicos das escolas da rede pública municipal de ensino de Uberlândia. 2004.

_____. **Lei nº. 432, de 19 de outubro de 2006.** Estabelece as políticas sociais públicas. 2006.

_____.SME/NADH. **Programa básico legal ensino alternativo:** histórico e estrutura organizacional. 2006.

_____. Instrução Normativa SME nº. 002, de 22 de janeiro de 2008. Estabelece o funcionamento da educação especial na rede municipal de ensino de Uberlândia e revoga a Instrução Normativa SME nº.001/2004. **Diário oficial do Município:** Uberlândia. 24 de jan. 2008.

_____. Instrução Normativa SME nº. 003, de 4 de março de 2008. Regulamenta normas e critérios referentes a pessoal, utilizados pela Secretaria Municipal de Educação. **Diário Oficial do Município,** Uberlândia. 6 mar. 2008.

_____. Instrução Normativa SME nº. 001 de 17 de janeiro 2011. Cria normas de funcionamento da educação especial na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia e revoga a instrução normativa SME nº. 002/2008. **Diário Oficial do Município,** Uberlândia. 20 de maio de 2008.

_____.SME/NADH. **Histórico NADH/AEE.** Uberlândia. 2009.

_____. **Lei nº. 10549, de 17 de agosto de 2010.** Dispõe sobre o Campus Municipal de Atendimento à Pessoa com Deficiência e revoga a Lei nº. 8.376, de 23 de julho de 2003. Uberlândia, 2010.

_____. Lei nº.10.913, de 29 de setembro de 2011. Institui o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) nas escolas municipais de ensino fundamental de Uberlândia e dá outras providências. **Diário Oficial do Município,** nº. 3.759, de 3 de out. de 2011.

RAGO, M. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social:** Revista de Sociologia, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out.1995.

REVEL, J. **Foucault:** conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Provesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, MEC, n. 1, p.19-23, out. 2005.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Foucault e a educação: outros estudos foucaultianos. In: SILVA, T. (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Coisas de governo. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. UNB, 2014.